

PARECER DA ANIMAR SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

COMENTÁRIO GLOBAL

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresenta-se como um documento bem estruturado, que denota aspetos interessantes como a abordagem por território, propondo uma intervenção integrada, e que faz alusão aos diferentes documentos estratégicos que têm vindo a ser desenvolvidos, nomeadamente a Estratégia Portugal 2030, bem como a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, desenvolvido pelo Professor António da Costa e Silva.

O PRR contém aspetos positivos que se subscrevem e devem constituir elementos consensuais para a sua concretização e que não sendo o objeto desta análise nos dispensamos de elencar. Estamos perante um documento que, embora sinalize uma dotação orçamental para cada um dos objetivos, é depois muito genérico quanto aos projetos concretos a implementar em cada um dos objetivos. Seria desejável que se fosse mais ao pormenor e à sinalização para efetivamente se poder melhor compreender para onde vão e quanto vai custar cada um deles.

Considerando que, segundo os dados mais recentes da Conta Satélite da Economia Social, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou cerca de 3,0% do VAB da economia, pelo que é com estranheza que verificámos que o setor da economia social ou solidária não surge como pilar na visão estratégica, mas apenas nos Investimentos e Respostas, onde se fala em respostas sociais, o que não é exatamente a mesma coisa.

Somos um setor relevante, porque simplesmente é aquele que mais contribui para a cidadania e solidariedade, que promove o voluntariado, que apoia os mais desfavorecidos e frágeis, que a luta contra a pobreza e exclusão social, que está onde nenhum outro setor se encontra. É mais eficiente porque coopera para competir e tem a capacidade de crescer em contraciclo com a economia de mercado, contribuindo por outro lado, para a sustentabilidade financeira de milhares pequenas empresas que não se deslocalizam e que fixam pessoas nos territórios despovoados. Relembramos que num estudo recente da Universidade Católica, destacou o desenvolvimento local um subsetor com, 4634 entidades, um movimento que tem no seu ADN a diversidade e a capacidade ímpar de cooperar, de inovar e contribuir para o desenvolvimento. O desenvolvimento local é pela sua natureza promotor da igualdade e equidade, da coesão social e territorial e um parceiro crítico e construtivo junto do poder local e central.

O Setor da Economia Social representa - cerca de 6% do emprego remunerado na economia nacional, integra uma grande diversidade de entidades, que a nível local desempenham funções não só de apoio social, substituindo muitas vezes o papel do Estado, mas também de natureza económica, dinamizando as economias e mercados locais através da criação de emprego, oferta de produtos e serviços que de outra forma não existiriam nesses locais, sendo grande exemplo disso o trabalho desenvolvido pelas cooperativas e associações de desenvolvimento local. Esta realidade é ainda mais visível em tempos de crise financeira, económica e social como a que se vive atualmente em Portugal. As crises desta natureza têm demonstrado que a economia privada (mercado) e a economia pública (estado), por si sós ou em conjunto, não são capazes de responder às necessidades das comunidades e de gerar sustentabilidade das sociedades. Porém, a economia de mercado, produz também fortes desigualdades.

Face ao contexto atual, onde as disparidades sociais e económicas serão cada vez maiores, muito gostaríamos que o Plano de Recuperação e Resiliência contribuísse não só para a recuperação da economia privada, cuja necessidade reconhecemos, mas sobretudo para a mudança que se torna necessária.

OBJETIVOS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Visão Estratégica, Reformas, Política da UE, Iniciativas Emblemáticas Da União, Perspetiva De Género

Destacamos a confusão de conceitos no documento com a referência ao terceiro setor e à Economia Social. No documento de 15 de fevereiro a Economia Social é referida apenas por uma vez (página 140) e terceiro setor também por uma vez (página 42).

O Plano de Recuperação e Resiliência diz que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, assegurando que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia. No entanto, na leitura e análise do documento não se percebe como é que este objetivo poderá ser atingido, dado que não se faz uma especificação dos investimentos para o Interior. A este nível, importa referir que, no que toca às questões da Coesão Social e Territorial, este plano centra-se muito nas questões da saúde e do apoio social, dada a situação demográfica do território, o que denota que as prioridades se centram nas respostas ao envelhecimento e aos problemas que lhes estão associados, ao invés da melhoria das condições de vida e ao rejuvenescimento da população. De referir ainda também que, nas áreas da habitação e dos transportes, o enfoque é colocado nas Áreas Metropolitanas.

No capítulo constrangimentos estruturais e oportunidades são referidas as empresas, na qualificação do Estado e no investimento na educação e formação. É também supradito que se deve "criar condições para construir uma economia inclusiva e aberta, que funcione a favor da maioria das pessoas". Considerando que grande parte das respostas atualmente existentes são desenvolvidas por entidades da economia social, que dispõe de acordos com o Estado, propomos que sejam também consideradas como destinatárias deste tipo de medidas as entidades de economia social.

INVESTIMENTOS E RESPOSTAS AOS DESAFIOS ESTRUTURAIIS

Três dimensões de intervenção estrutural: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital

Neste capítulo, nomeadamente na dimensão Resiliência, é mencionado o setor da Economia Social.

Quando no capítulo anterior referia no abstrato - redes de proteção social - aqui já se consegue perceber o papel das IPSS, por exemplo, quando falam no alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância. É explicitado que esse robustecimento da rede é feito pelo Estado através de parcerias com as instituições do setor social e solidário, sendo este o atual modelo em funcionamento, que coloca as entidades como prestadores dos serviços que o Estado não consegue providenciar. Outrora, se e quando o Estado conseguir prestar esses serviços, dispensa o serviço das IPSS.

Na resposta educativa na 1ª infância isto é muito visível. Por impossibilidade de o Estado ter resposta de creche e pré-escolar, assinou protocolos com IPSS, que criaram estruturas, maioritariamente com edifícios camarários, que têm projetos pedagógicos interessantes com cariz comunitário, um quadro de pessoal considerável e de um momento para o outro, a escola pública abre 2 ou mais salas de pré-escolar, levando ao fecho da IPSS e conseqüente desemprego da respetiva equipa. Ora, isto contribui não só para o esvaziamento da intervenção comunitária levada a cabo pela IPSS, como o acréscimo de custos ao Estado, para montar equipamentos de raiz ou equipar salas em escolas básicas.

É importante que as prioridades que venham a ser definidas tenham em consideração uma lógica local, por território, e não apenas nacional em que as metas são números. Importa que sejam desenvolvidos processos participados por autarquias locais, juntas de freguesia, escola pública, associações, IPSS, para avaliar os recursos existentes e a criação de novas respostas. Muitas vezes (ou idealmente) os grupos comunitários já são constituídos por estes intervenientes.

Esperemos que seja também esta a estratégia de implementação quando falam na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. A este nível, importa referir que neste capítulo já se tem esta visão de respostas integradas quando se fala nas comunidades desfavorecidas das áreas metropolitanas e no papel das associações de desenvolvimento local, no combate a estes ciclos de pobreza. Consideramos ser uma abordagem interessante e que tem sido "tentada" pelas comissões sociais de freguesia e pela rede social de Lisboa.

Ainda ao nível da formação e qualificação profissional, gostaríamos de deixar algumas matérias que consideramos que carecem de reflexão: a possibilidade de serem considerados perfis e áreas formativas que se definem regionalmente, ajustadas à realidade económica e social de cada região; saídas profissionais para as novas competências. A este nível importa ainda refletir sobre o nível de remuneração se prevê para estes trabalhadores mais qualificadas e mais preparados.

A perspetiva de fixar o SMN em 750 Euros até ao 4º trimestre de 2023, referida no PRR, é insuficiente e é tardia e, se não for acompanhado de um aumento geral dos salários de todos os trabalhadores e trabalhadoras, corre-se o risco de haver um número crescente de trabalhadores a auferir o SMN, fazendo-se um nivelamento por baixo, desvalorizando as profissões e deitando pela borda fora o investimento feito em formação e qualificação.

Quanto às infraestruturas é reconhecida uma tendência de desertificação dos territórios do interior e concentração populacional em torno das áreas metropolitanas e no litoral, dando origem a assimetrias regionais e a um modelo de desenvolvimento territorial desequilibrado.

GOVERNAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Modelo de Governação, Modelo De Implementação

Os processos de concertação são fundamentais para garantir a conjugação de interesses setoriais e gerais para a resolução de necessidades identificadas pelos atores locais, por forma a contribuir para a coesão territorial, e para tal, deverão garantir a participação dos diferentes atores sociais, económicos e institucionais nos processos de planeamento e de visão prospetiva de futuro para o desenvolvimento sustentável dos territórios, no âmbito do qual a economia social tem um papel preponderante.

O modelo de governação apresentado centra-se no Estado, pelo que defendemos a importância de explorar um modelo de governação participado. Neste sentido, propomos que não sejam excluídas as famílias do setor da economia social já que a economia social é um setor partilhado por diferentes famílias. Seguindo o mote da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, gostaríamos que o modelo de governação no sentido de integrar também o Conselho Nacional de Economia Social ou todas as entidades que o integram, podendo este ser um espaço das organizações de proximidade na identificação dos problemas e na elaboração das respostas aos desafios identificados.

OBSERVAÇÕES

Dada a sua proximidade às comunidades onde estão inseridas, as Associações de Desenvolvimento Local são, por excelência, entidades que contribuem para a resposta às necessidades locais, podendo deste modo suprir as dificuldades acrescidas decorrentes da degradação e/ou encerramento de serviços públicos e privados. Por outro lado, continuam a assegurar o emprego a nível local, nomeadamente nas entidades de economia social, bem como a liderar processos de inovação e experimentação social, sobretudo ao nível da sustentabilidade, da melhoria das condições de vida das comunidades e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentado e sustentável dos territórios. Assim, **manifestamos o interesse e disponibilidade das Associações de Desenvolvimento Local para colaborarem no apoio à implementação do PRR.**

Neste sentido, defendemos que ao nível das novas estratégias, no âmbito do qual se inclui o Plano de Recuperação e Resiliência, sejam criados instrumentos que possibilitem:

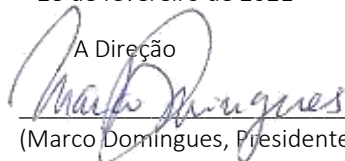
- a **criação de uma Geração de Equipamentos e Respostas Sociais**, concebida com as pessoas e não apenas para as pessoas, que deve ser acompanhada com a criação de um estatuto de Organizações para o Desenvolvimento Comunitário, combatendo a precariedade e dando melhores condições ao movimento de Desenvolvimento Local para potenciar o seu inquestionável valor nos territórios e na inovação social;
- a **criação de um Programa para a Digitalização da Economia Social**, ao nível dos programas de investimento, que apoie a capacidade de resposta e de inovação das entidades da Economia Social, a economia circular, a transição digital e inovação tecnológica, a requalificação e reestruturação dos serviços, tornando-os mais eficazes e sustentáveis;
- a **criação de medidas e programas de fomento do Desenvolvimento Local e da Cidadania**, ao nível da criação de novos instrumentos financeiros para a execução do Plano de Recuperação Económica, que contribuam para a animação e dinamização dos territórios, na promoção da igualdade, da saúde, do desenvolvimento económico e promoção da coesão territorial (ex. programas de promoção da saúde mental e bem-estar comunitário; empregabilidade e emprego apoiado; cooperação entre diferentes sectores socioeconómicos para o desenvolvimento local integrado, etc);

- uma verba alocada para a **criação de mecanismos de parceria e governança** que visem lógicas de **cooperação entre municípios e entidades de economia social**, por exemplo conselhos municipais ou intermunicipais de economia social ao nível dos programas de investimento, promotores de respostas sociais e satisfação de necessidades sociais nos territórios de baixa densidade (ex. limpeza de espaços/floresta, transportes, gestão de resíduos, etc);
- a **criação de medidas de intervenção comunitária**, que visem a promoção da saúde mental comunitária e da justiça social e climática;
- **criação de programas de financiamento alocados à valorização dos recursos endógenos e às oportunidades de desenvolvimento económico e social dos territórios.**

Assim, reforçamos que o movimento do Desenvolvimento Local está disponível, como sempre esteve, para contribuir para a transição de modelos que contribuam para uma maior justiça social e climática numa mesma e extraordinária casa comum que partilhamos.

28 de fevereiro de 2021

A Direção



(Marco Domingues, Presidente da Direção)